

DESAFIOS POLÍTICOS DE NOSSO PRESENTE: POLÍTICAS DE CRUELDADE, PEDAGOGIAS DE VIOLÊNCIA E O RESSURGIMENTO DA RESISTÊNCIA

Political challenges of our present: politics of cruelty, pedagogies of violence and the resurgence of resistance

Márcia Esteves de Calazans
Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, RS, Brasil.

Isael da Silva Pinheiro
Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Luciana Noelia Ginga
Universidad Nacional de Rosario. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Rosario, Santa Fe, Argentina.

Informações da submissão

Recebido em 30/05/2025

Aceito em 04/07/2025

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p3-12>

Copyright (c) 2025 Márcia Esteves de Calazans,
Isael da Silva Pinheiro, Luciana Noelia Ginga.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para: *Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

CALAZANS, Márcia Esteves de, PINHEIRO, Isael da Silva; NOELIA GINGA, Luciana. Apresentação: Desafios políticos de nosso presente: políticas de crueldade, pedagogias de violência e o ressurgimento da resistência. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 50, n. 264, p. 3-12, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p3-12>

Resumo

Este dossiê analisa as dinâmicas políticas e sociais na América Latina contemporânea sob a ótica das “pedagogias da crueldade”. Fundamentado em referenciais como as “políticas de inimidade” e a “necropolítica”, o trabalho articula-se em torno do conceito de “pedagogia da crueldade” para investigar como a violência é normalizada e instrumentalizada, transmutando o vivo em objeto. Argumenta-se que tais pedagogias, funcionais ao neoliberalismo, operam pela implantação de dispositivos repressivos e pela coisificação de sujeitos com base em marcadores de raça, gênero e classe. Os artigos reunidos examinam os mecanismos que sustentam esse estado de exceção, abordando o racismo estatal, a violência de gênero, o avanço sobre territórios de povos originários e os discursos de ódio. Em contrapartida, esta edição também aponta para a existência de “contra-pedagogias”, explorando resistências que reafirmam projetos de vida comunitários e contribuem para a reflexão sobre intervenções que visem limitar os impactos dessas dinâmicas nas democracias da região.

Palavras-chave: democracias. Políticas de inimidade. Legitimidade social. Movimentos sociais. América Latina.

Abstract

This dossier analyzes political and social dynamics in contemporary Latin America from the perspective of “pedagogies of cruelty”. Based on references such as the “politics of enmity” and ‘necropolitics’, the work is articulated around the concept of the “pedagogy of cruelty” to investigate how violence is normalized and instrumentalized, transmuting the living into objects. It argues that such pedagogies, functional to neoliberalism, operate through the implementation of repressive devices and the objectification of subjects based on race, gender and class markers. The articles in this issue examine the mechanisms that sustain this state of exception, addressing state racism, gender violence, the advance on the territories of native peoples and hate speech. On the other hand, this issue also points to the existence of “counter-pedagogies”, exploring resistance that reaffirms community life projects and contributes to reflection on interventions aimed at limiting the impact of these dynamics on the region's democracies.

Keywords: democracies. Politics of enmity. Social legitimacy. Social movements. Latin America.

PEDAGOGIAS DA CRUELDADE, IMPACTOS DESSAS DINÂMICAS NAS DEMOCRACIAS DA AMÉRICA LATINA

O presente dossiê propõe reunir uma leitura contra-hegemônica, racializando, generificando mobilidades e subjetividades urbanas, levando em conta classe social, modelos econômicos e as transformações políticas de governança na América Latina, sob as lentes de análises das formas que assumem a hostilidade e a inimizade nas políticas contemporâneas. Sustenta-se na proposição de Mbembe (2017) em *Políticas de Inimizade*, que articula o recrudescimento dos nacionalismos xenófobos, os racismos de Estado e a suspensão dos direitos civis em prol da “defesa da civilização”.

Acompanhando, assim, o questionamento do modelo civilizacional que está em vias de consolidar-se em um tempo de multiplicação das clausuras, das guerras, das fronteiras e do desejo de *apartheid*. Modelo que se baseia amplamente no discurso das razões de (in)segurança e na instauração de um estado de exceção em escala mundial, apoiado em uma “necropolítica”.

Coloca-se, então, diretamente a questão do neoliberalismo (Harvey 2007; Wacquant, 2011) e um de seus aspectos menos visíveis: os problemas específicos de governo, através da implantação de dispositivos de violências repressiva - práticas estatais e paraestatais - e coercitivas contra setores específicos da população e contra indivíduos (Butler, 2009) em países latinoamericanos. Embora seja frequentemente relacionado e apresentado ao neoliberalismo (Laval y Dardot, 2013; Brown, 2016) como aquelas práticas que se distanciam das intervenções estatais repressivas e coercitivas estaduais, como uma espécie de 'governo à distância' ou *soft power* (Castro Gómez, 2010) na América Latina, que durante décadas, foi utilizado como forma de governo práticas repressivas, coercitivas e cruéis (Sacchi, 2017; Klein, 2008).

Com essa perspectiva, acompanha um dos conceitos da antropóloga Rita Segato, o da violência como linguagem. Segundo ela, podemos pensar os atos violentos contra mulheres, não como meros crimes, mas sim mensagens dirigidas a toda a sociedade. Através da violência, os agressores reafirmam seu domínio e enviam um aviso a outras mulheres sobre as consequências de desafiar a ordem estabelecida. Esse enfoque é especialmente relevante em casos de feminicídio, onde a brutalidade do ato busca infundir terror e submissão. As relações desiguais de gênero, a discriminação, o ódio às mulheres e ao

feminino estão na base de diferentes formas de manifestação da violência de gênero que ocorrem nos espaços públicos e privados, nos locais de trabalho e, mais recentemente, nos ambientes virtuais.

Nesse contexto, Segato introduz a noção de "pedagogia da crueldade", e amplia o alcance do conceito uma vez que na noção está implicado um processo pelo qual a sociedade normaliza a violência até torná-la algo cotidiano. Essa pedagogia não se manifesta apenas em agressões físicas, mas também em discursos midiáticos, políticas públicas e práticas culturais que desumanizam as mulheres e aqueles/as que não enquadram-se na "normatividade" estabelecida. Por exemplo, a objetivação do corpo feminino na publicidade ou a justificativa da violência como "crime passionai" são formas de perpetuar esse ensino cruel.

Rita Segato (2025) diz que vivemos tempos nos quais prolifera a pedagogia da crueldade. Ela se refere com isto a todos os atos e práticas que ensinam, habituam e programam os sujeitos a transmutar "o vivo", ou seja, tudo aquilo que flui errante e imprevisível na sua vitalidade, em coisas.

Para Trinidad Vaccarezza (2025) as pedagogias da crueldade têm uma história longa e duradoura em nossa região latinoamericana e caribenha. Em nossas sociedades, a crueldade se instaurou como projeto político dominante por meio da violência institucionalizada e a hierarquização da vida, produzindo o extermínio físico e cultural de diversos povos, e junto, os seus modos de pensar e fazer o mundo.

Nesse sentido, como pensarmos e construirmos contra-pedagogias?

Os artigos aquí reunidos apontam pedagogias da crueldade, das violências. Em que pese essa observação, por outro, apontam observar contra-pedagogias da crueldade. Sugerem que contra-pedagogias, quando se fazem presentes, trabalham com a consciência de que somente um mundo unido e comunitário pode limitar a coisificação da vida. E o projeto histórico centrado nas coisas como objetivo de satisfação, é funcional ao capital e produz indivíduos, que por sua vez serão transformados em coisas.

O dossiê proposto reúne artigos que buscam discutir as tensões e violências das sociedades latinoamericanas no século XXI, a sociedade de inimizade e o estado de crueldade e (in)segurança. Sobretudo os mecanismos políticos e discursivos que recriam, apoiados nas diferenças, e na coisificação do outro, os inimigos a serem eliminados. Assim, as violências como práticas sociais e as diversas formas de conflitos tomaram novas dinâmicas e trajetórias

nos países da América Latina e do Caribe no cenário atual. Os trabalhos deste dossiê, os trajetos e características que foram detectados a partir das investigações nos ajudam a entender esses novos caminhos por onde se desenrola o fenômeno. Isto é fundamental para pensar em intervenções possíveis, alertar sobre as consequências dos impactos dessas dinâmicas nas democracias da América Latina e para contribuir a travar ou limitar esses processos.

É de Ester Piñeda o primeiro artigo, *Sexismo y racismo: La experiencia de vida de las mujeres negras en América Latina - El riesgo de ser mujer en América Latina*, o texto aponta a desumanização das mulheres negras e o início do sofrimento colonial. O processo de colonização europeia na América e a racialização dos povos indígenas e africanos como mecanismo para justificar seu genocídio, tráfico e escravidão para a exploração de terras e recursos saqueados. Para Ester Piñeda este foi um dos maiores atos de desumanização registrados na humanidade; um processo no qual, embora nenhuma criança, homem ou mulher estivesse isento de sua crueldade implacável, ela se expressou com violência especial e adicional contra as mulheres africanas e seus descendentes no continente americano. Isso lançou as bases para uma experiência diferenciada em relação aos homens africanos e descendentes de escravos, uma vez que o sistema de dominação escravista se articulava com a dominação patriarcal.

Em, *El populismo de Nayib Bukele como política de enemistad* de Carolina Jasso e Edgar Baltazar Landeros o leitor encontrará uma análise do governo autocrático de Nayib Bukele em El Salvador, como um caso exemplar do surgimento de novos governos de direita radical populista na América Latina. O caso é analisado a partir da convergência de sete abordagens teóricas sobre o populismo e sua relação com a direita radical. Apoiado na pluralidade teórica, o artigo busca integrar marcos conceituais que permitem entender como se configura a dicotomia amigo/inimigo no discurso populista de Bukele. Desde uma abordagem qualitativa e processual, são identificados momentos-chave no processo de transformação política. O caso analisado é relevante porque mostra como o populismo de direita pode transitar para formas de governo autocráticas. As dinâmicas de concentração de poder no Executivo e a eliminação progressiva dos pesos e contrapesos democráticos, assim como a instauração de um regime de exceção em El Salvador, fornecem elementos para compreender a maneira como os populismos de direita chegam a adquirir características ditatoriais. A análise destaca que, embora o populismo tenha sido uma categoria-chave para explicar a dinâmica desses

regimes, no caso de Bukele seu uso se mostra insuficiente. A confrontação das teorias escolhidas, com o caso, sugere que é mais adequado caracterizar seu governo como um regime que reedita outros autoritarismos históricos.

Já em *Colonialidade no mercado de trabalho: Uma análise acerca da participação de mulheres na força de trabalho do Brasil* de Cesar Augusto Soares Costa e Maria Victória Pasquoto de Freitas debatem gênero, raça e classe a partir da participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil sob leitura decolonial. Os autores partem do seguinte questionamento: "Como o colonialismo atua no modelo de mercado de trabalho brasileiro atual em relação as mulheres?" Para esse fim, amparados na pesquisa bibliográfica apoiadas em pesquisadores/as que desenvolveram os temas de gênero, raça, classe a partir da reflexão decolonial e na pesquisa documental, utilizando fontes de pesquisas governamentais e não governamentais, extraídas do ano de 2022 e 2023, considerando principalmente, os dados publicados acerca de mulheres e sua participação na força de trabalho -, constatam que a colonialidade continua vigente no Estado capitalista, limitando mulheres e, de forma singular, as negras, subalternizando-as a ocupação de cargos e impondo uma lógica colonial silenciosa, que privilegia brancos em detrimento de outros corpos.

Silvina Ramirez em *Pueblos indígenas, identidad y territorio - Sin territorio no hay identidad como Pueblo* afirma que na América Latina, a identidade dos povos indígenas está intimamente ligada às suas demandas territoriais. Os povos indígenas, sujeitos coletivos, encontram em seu território um dos elementos constitutivos de sua identidade. Embora a identidade também seja formada por outros tipos de elementos, como sua língua, sua espiritualidade, suas tradições (a assim chamada identidade cultural), o componente territorial é central, pois garante também sua sobrevivência como povos. Atualmente, um dos direitos indígenas mais frequentemente violados é justamente aquele que garante a permanência em sua terra e territórios. A discussão sobre a exploração dos recursos naturais em seus territórios reaviva o debate sobre os modelos de desenvolvimento aceitáveis em cada um dos Estados e compatíveis com os direitos indígenas. Novas categorias jurídicas e novos conceitos estão sendo gestados por aqueles que defendem a identidade indígena.

Territórios quilombolas: a experiência educativa de um passado em comum para um futuro comunitario, de Ana Luísa Teixeira de Menezes, Fátima Rosane Silveira Souza, Matheus da Silva Martins e Joelita David Bitencourt tem como inspiração as vivências e os diálogos que o grupo de pesquisa Peabiru: educação ameríndia e interculturalidade tem

realizado no quilombo conhecido como Rincão dos Negros e, a partir daí, refletir sobre o vivido numa perspectiva quilombola, histórica, numa relação intercultural e contracolonizadora. Enfatizam o contexto quilombola na relação com o pertencimento coletivo e problematizam o Estar-sendo no quilombo Rincão dos Negros, situado em Rio Pardo, no interior do Rio grande do Sul, pensando o movimento como um vetor que caminha numa experiência educativa do passado em comum ao futuro comunitário e que desestabiliza a lógica individualista de nossa sociedade. O quilombo em diálogo vive uma polarização buscando práticas que colaboram na simbolização das dualidades como as das igrejas católicas e as famílias quilombolas e brancas que disputam o mesmo território. A linguagem colonizadora dá-se no pensamento, no enfrentamento das estratégias frente às políticas públicas e no desafio da universidade no processo educativo dos sentidos mais profundos de uma contracolonização que se dá no entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva participante e colaborativa. Desta forma, as/os autoras/es propõem a escrita colaborativa como uma experiência educativa e intercultural, compreendendo a perspectiva de um pensamento situado numa geocultura que tem como raiz do conhecimento a cultura do solo e das lutas vividas.

Em *Entre a vida e a morte - a necropolítica na era da colonização e da inimizade*, de João Vitor Alcântara Jorge, investiga as intersecções entre necropolítica, colonialismo e neoliberalismo, destacando como essas dinâmicas afetam a vida de corpos subalternos. Argumenta-se que a colonização despersonaliza indivíduos, transformando-os em mercadorias e relegando-os a zonas de inexistência social. A análise se fundamenta em conceitos de inimizade e controle social, evidenciando que a identificação de inimigos é crucial para a manutenção de sociedades marcadas pela exclusão. A necropolítica é um sistema que não apenas regula a vida, mas também decide quem merece viver e quem pode ser descartado, refletindo uma lógica de poder que prioriza determinados corpos em detrimento de outros. Enfatiza-se a importância de dar voz às narrativas subalternas, rompendo com a cultura de apagamento promovida pelo colonialismo e pelo neoliberalismo. Ao contar essas histórias, busca-se revelar as engrenagens do poder global e desafiar as estruturas que perpetuam desigualdade e violência. O estudo contribui para uma compreensão mais profunda das formas contemporâneas de opressão e das relações de poder que moldam a experiência de grupos marginalizados na sociedade atual.

Com *Mídia Necropoder: Uma instancia pedagógica do cenário de morte*, Henrique Ferreira da Silva, Ricardo Willy Rieth e Deivison Moacir Cezar de Campos analisam as representações midiáticas que frequentemente associam a população negra a comportamentos violentos ou marginalizados, reforçando a ideia de criminalidade e justificando a atuação policial como uma resposta necessária. Os autores apontam que essa construção social não apenas desumaniza os jovens negros, mas também contribui para um ciclo de opressão que se manifesta em políticas públicas e práticas policiais. O texto compreende as narrativas midiáticas sobre ser jovem negro presentes no Portal G1- sob a perspectiva da “Pedagogia de Morte e Resistência” (Silva, 2024). Foram reunidas 14 matérias do Portal, abordando o assassinato de jovens negros pelas polícias do Rio de Janeiro, considerado-o um território em disputa, marcado pelo necropoder (Mbembe, 2013). Amparados nos Estudos Culturais em Educação, utiliza o conceito de dispositivo pedagógico da mídia para apontar os espaços midiáticos como lócus de produção e circulação de conhecimento. A metodologia se baseou na análise cultural, tratando as notícias como artefatos que moldam a “realidade”. As análises destacam o cotidiano das juventudes negras e sua relação com a morte, evidenciando como a mídia naturaliza os assassinatos. Aponta também como a “linguagem de ausências” impede a conexão dos assassinatos com um contexto de genocídio, ao ocultar a raça como marcador. Além disso, verifica-se que a estratégia de seleção ou omissão de imagens publicizadas não é ingênua, uma vez que atua perpetuando estereótipos. No entanto, há espaço para contra-representações, especialmente através das vozes das famílias das vítimas e da comunidade que se reverberam a partir das brechas do cenário necropolítico

Em *Muros móveis: segurança híbrida, privatização e exclusão reativa dos espaços públicos do carnaval*, Eduardo Paes Machado e Pedro Oliveira -, partem da premissa que o Carnaval é amplamente estudado como uma manifestação sincrética de tradições e estilos culturais e um momento fundamental de alegria, reconciliação e dramatização de diferenças sociorraciais (DaMatta, 1978; Ortiz, 2001; Risério, 1981), porém o Carnaval brasileiro levanta questões de segurança que não têm merecido a mesma atenção. Para os autores isso se aplica ao Carnaval de Salvador, que dura seis dias, reúne mais de um milhão de pessoas, mobiliza 9 000 policiais e muitos milhares mais de seguranças particulares, e que tem sido acompanhado pelo crescimento e diversificação da oferta e demanda de serviços de segurança. Consequentemente, a rede híbrida de segurança favorece a eclosão e o

acirramento de conflitos violentos com os foliões não associados por frustrar as fantasias e as expectativas destes adentrarem nos blocos ou ficarem próximos dos seus ídolos musicais (Maia, 2008). Sob esta perspectiva, e tal como acontece em outros contextos contemporâneos marcados por polarizações extremas e exclusões ferozes, o papel desse aparato de segurança é operar a bulimia (Young, 1999) dramatizada por este jogo fluido entre inclusão e exclusão.

José Vicente Tavares-dos-Santos em *Sociologia do Policiar: configurações e ambivalências*, realiza uma genealogia dos campos de estudos e pesquisas, inicia pelo campo intelectual da sociologia da violência e da conflitualidade, e o campo da sociologia do policial: de um século para outro. O autor aponta que as mudanças sociais no século XXI alteraram as situações do trabalho policial e os modos de policial. E afirma a necessidade de uma análise sociológica para contribuir à construção social de uma organização policial democrática, não violenta e transcultural. Segundo Tavares-Dos-Santos, ela deve resgatar o objetivo da polícia como uma instituição que não é apenas do Estado e dos direitos de propriedade, mas que se preocupa com as práticas emancipatórias de grupos de cidadãos em suas vidas diárias. Para, assim, podermos imaginar um novo modo de policial, cidadão, na modernidade tardia

O artigo, *Criminologia tecnoconservadora e governamentalidade algorítmica: Uma análise da difusão de seus discursos no Brasil*, de Aknaton Toczec Souza, Giovane Matheus Camargo, Paulo César Pontes Fraga e Pablo Ornelas Rosa, investiga a criminologia tecnoconservadora brasileira, especialmente sua difusão e impacto através das plataformas digitais. A pesquisa enfatiza os discursos sobre crime e drogas propagados por operadores do sistema de justiça criminal que se identificam como conservadores e cristãos, influenciados por Olavo de Carvalho. Utilizando uma abordagem foucaultiana e técnicas de cartografia digital, o estudo mapeia a influência dessas práticas discursivas na formulação de políticas públicas, desqualificação da produção acadêmica e promoção de uma visão revisionista e até mesmo negacionista da ciência. O artigo também explora como a "governamentalidade multiplatafórmica" molda novas subjetividades e legitima práticas violentas, influenciando o debate público e a administração da justiça. Conclui-se que essa dinâmica cria um ecossistema de desinformação, com profundas implicações para a sociedade brasileira.

François Graña em *Gerónimo de Sierra: itinerario de un sociólogo latinoamericano*, apresenta o Sociólogo Gerónimo de Sierra como integrante e um dos expoentes da fecunda geração de intelectuais latinoamericanos marcada por uma profunda imbricação entre o

profissional e o político. Seus integrantes hoje são octogenários e até nonagenários. Vale então este retrato personalizado como homenagem a todos eles, pioneiros das nossas ciências sociais. Sua condição de "intelectual comprometido" - como se dizia nos anos 60 - nunca lhe impediu de distinguir entre fazer político e labor acadêmico. Distinção não tão fácil de conduzir em meio ao vendaval político que abalou nossa América entre os anos 50 e 70. Sua obra não evitou os assuntos da política cotidiana, abordados com métodos próprios da ciência social e inspirados no universo conceitual "marxiano" e "tourainiano" conforme os períodos. Enquanto cultivava o vínculo com os clássicos europeus, dialogou precocemente com os "novos" clássicos emergentes na América Latina, o que nem sempre foi o caso entre seus colegas da América Latina.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos: la secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona: Malpaso, 2016.
- BUTLER, Judith. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad: razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en M. Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2010.
- HARVEY, David. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.
- KLEIN, Naomi. *La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedad neoliberal*. Barcelona: Gedisa, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- SACCHI, Emiliano. Neoliberalismo, gubernamentalidad y mnemotécnicas de la crueldad. *El Arco y la Lira*, [s. l.], n. 5, p. 47-63, 2017.
- SEGATO, Rita. *Contra-pedagogias de la crueldad*. 4. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2024.
- VACCAREZZA, Trinidad. Contra as pedagogias da crueldade. *Brasil de Fato*, São Paulo, 13 fev. 2025. Cidade das Letras: Literatura e Educação. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/cidade-das-letras-literatura-e-educacao/2025/02/13/contra-as-pedagogias-da-crueldade/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

WACQUANT, Loïc. Forjando el Estado Neoliberal: Workfare, Prisonfare e Inseguridad Social. *Prohistoria*, Rosario, v. 16, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/prohist/v16/v16a06.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Dados de autoria

Márcia Esteves de Calazans

Pós-doutorado em Educação Ameríndia e Interculturalidade UFRGS. Doutora em Sociologia UFRGS. Mestra em Psicologia Social e Institucional UFRGS. Professora na EJA da EMEF Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (SMEDPOA/RS). E-mail: marciah2@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8591-1828>.

Isael da Silva Pinheiro

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Realizou etapa de doutorado na University of the Fraser Valley, no Canadá. Integrante do Grupo de pesquisa (CNPq/UFRGS) PEABIRU: Educação ameríndia e interculturalidade. Professor da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail: isaelsp.edu@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3124-2101>

Luciana Noelia Ginga

Cientista Política, Docente en Universidad Nacional de Rosario. Co-coordinadora del Centro de Investigaciones sobre "Gubernamentalidad y Estado" en la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario. Integrante GT CLACSO Violencias, gobiernos y democracias. <https://pegues-cige.unr.edu.ar/index.html> E-mail: luciananginga@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8548-7000>.